

Concurso Público

007. PROVA OBJETIVA

AUDITOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

A ciência do humor

Na média, nós rimos entre 15 e 20 vezes por dia. Mas a variação entre indivíduos é grande. E não só entre indivíduos. Mulheres riem mais do que homens, mas são piores contadoras de piadas. E, à medida que envelhecem, elas tendem a rir menos, o que não acontece com eles. Também preferimos (todos) rir à tarde e no início da noite.

Um bom estoque de informações como essas, além daquela que foi considerada a piada mais engraçada do mundo, está em *Ha!: The Science of When We Laugh and Why* (Ha!: a ciência de quando rimos e por quê), do neurocientista Scott Weems.

O livro é interessante sob vários aspectos. Além das já referidas trivialidades, cujo valor é intrínseco, Weems faz um bom apanhado de como andam os estudos do humor, campo que apenas engatinhava 30 anos atrás e hoje conta com sociedades e artigos dedicados ao tema.

O que me chamou a atenção, entretanto, é que o autor propõe um modelo um pouco diferente para compreender o humor, que seria um subproduto da forma como nosso cérebro processa as dezenas de informações conflitantes que recebe a cada instante. Embora nós gostemos de imaginar que usamos a lógica para avaliar as evidências e tirar uma conclusão, trabalhos neurocientíficos sugerem que a mente é o resultado de uma **cacofonia** de módulos e sistemas atuando em rede. Vence aquele módulo que grita mais alto. Frequentemente, o cérebro aproveita essa confusão para, a partir da complexidade, produzir ideias novas e criativas.

Quando essas ideias atendem a certos requisitos como provocar surpresa e apresentar algo que pareça, ainda que vagamente, uma solução para o conflito, achamos graça e sentimos prazer, que vem na forma de uma descarga de dopamina, o mesmo neurotransmissor envolvido no vício em drogas e no aprendizado.

Basicamente, o humor é o resultado **inopinado** de nosso modo de lidar com ambiguidades e complexidades.

(Hélio Schwartzman, *Folha de S.Paulo*, 13.04.2014. Adaptado)

01. As informações apresentadas no primeiro parágrafo são consideradas, por Hélio Schwartzman, como

- (A) fictícias.
- (B) triviais.
- (C) complexas.
- (D) revolucionárias.
- (E) progressistas.

02. De acordo com Hélio Schwartzman, o humor constitui um campo de pesquisa que

- (A) permanece inexplorado no meio acadêmico.
- (B) está em estágio embrionário atualmente.
- (C) se popularizou há pouco mais de 30 anos.
- (D) dificilmente será tratado com seriedade.
- (E) ganhou notabilidade há pouco tempo.

03. Segundo Scott Weems, o humor decorre da maneira como

- (A) o indivíduo soluciona conflitos com o raciocínio lógico.
- (B) a mente interpreta logicamente conteúdos irracionais.
- (C) o cérebro humano processa informações conflitantes.
- (D) a razão se surpreende diante de um problema insolúvel.
- (E) o homem repete padrões para solucionar problemas com eficácia.

04. O termo **cacofonia**, em destaque no quarto parágrafo, está empregado com o sentido de

- (A) lógica.
- (B) confusão.
- (C) similaridade.
- (D) consonância.
- (E) congruência.

05. Um antônimo para o termo **inopinado**, em destaque no último parágrafo, é

- (A) súbito.
- (B) fortuito.
- (C) aleatório.
- (D) previsível.
- (E) acidental.

06. Assinale a alternativa em que a frase – **Frequentemente**, o cérebro aproveita essa confusão para, **a partir da complexidade**, produzir ideias novas e criativas. – permanece pontuada corretamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, após o deslocamento das expressões em destaque.

- (A) O cérebro, **frequentemente**, aproveita essa confusão para produzir ideias novas e criativas **a partir da complexidade**.
- (B) O cérebro **frequentemente**, aproveita essa confusão para, produzir ideias novas e criativas, **a partir da complexidade**.
- (C) O cérebro, **frequentemente** aproveita essa confusão para produzir, **a partir da complexidade** ideias novas e criativas.
- (D) O cérebro aproveita **frequentemente**, essa confusão para produzir **a partir da complexidade**, ideias novas e criativas.
- (E) O cérebro aproveita, **frequentemente** essa confusão para produzir, **a partir da complexidade**, ideias novas e criativas.

07. Considere as seguintes passagens do texto.

- E, **à medida que** envelhecem, elas tendem a rir menos, o que não acontece com eles.
- Quando essas ideias atendem a certos requisitos como provocar surpresa e apresentar algo que pareça, **ainda que** vagamente, uma solução para o conflito, achamos graça e sentimos prazer...

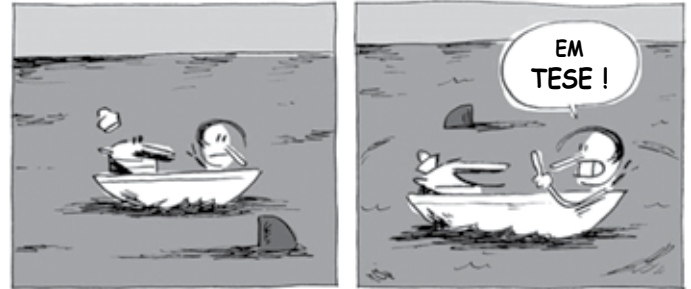
As expressões destacadas expressam, respectivamente, noções de

- (A) comparação e modo.
- (B) causa e condição.
- (C) tempo e finalidade.
- (D) proporção e concessão.
- (E) conformidade e consequência.

08. Assinale a alternativa em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) No futuro, um breve acesso a nossas lentes digitais permitirão obter as informações que buscamos.
- (B) Em um piscar de olhos, haverão diversos dados sobre aquela pessoa que julgamos conhecer de algum lugar.
- (C) Uma consulta ao acervo digital fornecerá informações precisas sobre eventos que poderiam ter ficado esquecido facilmente.
- (D) Nossas ações poderão ser constantemente filmadas por câmeras distribuídas pelos lugares que frequentamos.
- (E) Atualmente já são fabricados óculos que dispõem de câmeras minúsculas, capaz de filmar tudo aquilo que olhamos.

09. Leia a tira e, em seguida, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.



(Caco Galhardo, *Folha de S.Paulo*, 13.04.2014)

A frase **Em tese!**, no último quadrinho, equivale a _____ e expressa o desejo da personagem de _____ sua fala do primeiro quadrinho.

- (A) Potencialmente! ... reforçar
- (B) Eventualmente! ... referendar
- (C) Tecnicamente! ... atestar
- (D) Factualmente! ... anular
- (E) Teoricamente! ... relativizar

10. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Prefiro a solidão à ideia de ficar aqui contigo.
- (B) Prefiro os perigos do mar à essa embarcação.
- (C) Prefiro a morte à uma vida do teu lado.
- (D) Prefiro o silêncio à qualquer conversa contigo.
- (E) Prefiro os tubarões à você.

11. Com as letras A, B, C e D, podem ser criados 24 anagramas, ou seja, 24 palavras com ou sem sentido, cada uma utilizando essas letras exatamente uma vez. Os primeiros seis anagramas, listados em ordem alfabética, são: ABCD, ABDC, ACBD, ACDB, ADBC, ADCB. Ordenando alfabeticamente todos os anagramas possíveis com as letras P, Q, R e T, o número de anagramas que estariam entre PTRQ e RPTQ é igual a
- (A) 4.
(B) 5.
(C) 6.
(D) 7.
(E) 8.
12. Dada a sequência de números (809; 910; 1011; 1112; ...) e observando a diferença entre dois números consecutivos, podemos determinar todos os outros termos. Considere as diferenças entre o 34.º e o 32.º termos, entre o 65.º e o 62.º termos e entre o 102.º e o 97.º. A soma dessas diferenças é igual a
- (A) 1001.
(B) 1010.
(C) 1110.
(D) 1111.
(E) 10100.
13. Em relação aos conjuntos A, B e C e a um total de 58 elementos que pertencem a eles, sabe-se: que nenhum elemento pertence simultaneamente aos três conjuntos; que 13 elementos pertencem simultaneamente aos conjuntos A e B; que 3 elementos pertencem simultaneamente aos conjuntos A e C; que 2 elementos pertencem simultaneamente aos conjuntos B e C; que o número de elementos que pertencem apenas ao conjunto C é 5 unidades a mais do que aqueles que pertencem apenas ao conjunto B; que o número de elementos que pertencem apenas ao conjunto A é 1 unidade a menos do que aqueles que pertencem apenas ao conjunto B.
- O número de elementos que pertencem apenas ao conjunto C é igual a
- (A) 46.
(B) 31.
(C) 24.
(D) 17.
(E) 12.

14. Se o sino da igreja toca e minha avó o escuta, então minha avó vai para a igreja.

Uma afirmação equivalente a essa, do ponto de vista lógico, é:

- (A) Se minha avó não vai para a igreja, então o sino da igreja não toca ou minha avó não o escuta.
- (B) Se minha avó não o escuta, então o sino da igreja não toca e minha avó não vai para a igreja.
- (C) Minha avó não o escuta ou o sino da igreja toca ou minha avó vai para a igreja.
- (D) Se o sino da igreja toca e minha avó vai para a igreja, então minha avó o escuta.
- (E) Se o sino da igreja não toca ou minha avó não o escuta, então minha avó não vai para a igreja.

15. Os doutores de Barsan são médicos, advogados ou engenheiros, mas nunca são os três ao mesmo tempo. São 8 os engenheiros que também são advogados, e um a menos do que esses 8 são os médicos que também são engenheiros. Três doutores são especialistas em apenas uma das áreas, um em cada uma das áreas. Sabendo-se que em Barsan há 27 doutores, o número de advogados supera o número de engenheiros em

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

16. Se eu falo, então tu te calas. Se não te calas, então ela acorda. Se ela acorda, então eu embalo.

Eu não embalo e não grito.

A partir dessas informações, pode-se concluir corretamente que

- (A) eu falo e tu te calas.
- (B) eu falo ou eu grito.
- (C) tu não te calas e ela não acorda.
- (D) ela não acorda e tu te calas.
- (E) ela acorda e eu embalo.

17. Alguns gatos não são pardos, e aqueles que não são pardos miam alto.

Uma afirmação que corresponde a uma negação lógica da afirmação anterior é:

- (A) Os gatos pardos miam alto ou todos os gatos não são pardos.
- (B) Nenhum gato mia alto e todos os gatos são pardos.
- (C) Todos os gatos são pardos ou os gatos que não são pardos não miam alto.
- (D) Todos os gatos que miam alto são pardos.
- (E) Qualquer animal que mia alto é gato e quase sempre ele é pardo.

18. Aquele que dá 3 passos para a direita somará $1 + 3 + 5$, e se der 5 passos para a direita somará $1 + 3 + 5 + 7 + 9$. Ou seja, somará números ímpares consecutivos, partindo de 1, tantas parcelas quantos passos der. Aquele que dá 3 passos para a esquerda somará $2 + 4 + 6$, e se der 4 passos para a esquerda somará $2 + 4 + 6 + 8$. Ou seja, somará números pares consecutivos, partindo de 2, tantas parcelas quantos passos der. Agindo dessa maneira, a diferença entre a soma de quem deu 28 passos para a direita e a soma de quem deu 27 passos para a esquerda é

- (A) 4.
- (B) 27.
- (C) 28.
- (D) 35.
- (E) 117.

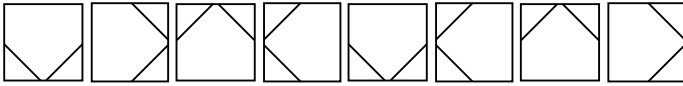
19. Considere as afirmações:

- I. A camisa é azul ou a gravata é branca.
- II. Ou o sapato é marrom ou a camisa é azul.
- III. O paletó é cinza ou a calça é preta.
- IV. A calça é preta ou a gravata é branca.

Em relação a essas afirmações, sabe-se que é falsa apenas a afirmação IV. Desse modo, é possível concluir corretamente que

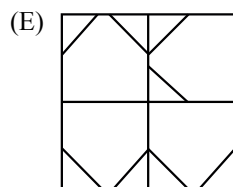
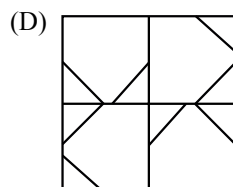
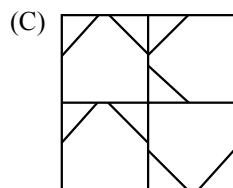
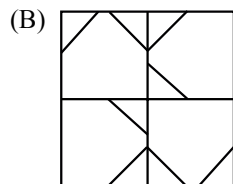
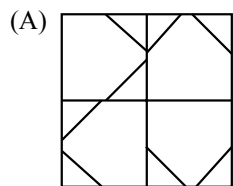
- (A) a camisa é azul e a calça é preta.
- (B) a calça é preta ou o sapato é marrom.
- (C) o sapato é marrom ou a gravata é branca.
- (D) a calça é preta e o paletó é cinza.
- (E) a camisa é azul ou o paletó é cinza.

20. Uma sequência segue um padrão como mostra a figura e, a partir do novo termo, volta a repetir os elementos já apresentados na ordem dada.



A composição formada por figuras dessa sequência, cuja posição está indicada no esquema, é

35. ^a	22. ^a
47. ^a	53. ^a



21. *Assembleia Geral da ONU aprova resolução contra anexação da Crimeia à Rússia*

Texto foi referendado com apoio de cem países, com 11 contrários e 58 abstenções. “Afirmamos nosso compromisso com a soberania, a independência política, a unidade e a integridade territorial da Ucrânia a partir de suas fronteiras reconhecidas internacionalmente”, argumenta o documento.

(Opera Mundi, <http://goo.gl/kBqlW6>, 27.mar.2014. Adaptado)

Essa anexação

- (A) deu-se por conta da pressão europeia e norte-americana sobre a região, fundamental na exportação de gás e petróleo para o Ocidente, o que levou a Rússia a declarar guerra à Ucrânia para se unir à Crimeia.
- (B) foi decidida em um plebiscito do qual participou toda a população ucraniana, que votou majoritariamente pelo desmembramento do país e pela união entre a região autônoma da Crimeia e o principal país vizinho, a Rússia.
- (C) ocorreu devido à violenta ação militar russa, sob as ordens do presidente Vladimir Putin, que enviou tropas para a fronteira da Ucrânia e ordenou o bombardeio dos postos militares ucranianos.
- (D) foi aprovada em referendo pela maior parte da população da Crimeia, depois que o Parlamento da região, que era autônoma à Ucrânia, rejeitou o novo governo ucraniano, mais ligado à União Europeia do que à Rússia.
- (E) teve como uma de suas causas o apoio do Irã e da China ao desmembramento da Ucrânia, com o objetivo de enfraquecer os interesses dos países ocidentais e reduzir a influência dos EUA no leste europeu.

22. *Captação do “volume morto” do Sistema Cantareira pode trazer problemas*

Especialistas alertam para o risco no uso da água do fundo das represas.

(O Estado de S.Paulo, <http://goo.gl/fjEPVE>, 10.abr.2014. Adaptado)

Entre os possíveis problemas, é correto identificar

- (A) o fornecimento de água inadequada para o consumo humano devido ao processo de decomposição de animais mortos acumulados no fundo das represas.
- (B) o risco de extinção de alguns cursos d’água, como o rio Paraíba e o rio Piracicaba, diretamente afetados pela utilização da água do fundo das represas.
- (C) a emergência de poluentes depositados no fundo das represas, onde se concentram contaminantes que não são tratados por sistemas convencionais para o abastecimento.
- (D) o desaparecimento do sistema, que nunca irá se recompor da utilização do “volume morto”, o que pode provocar o desabastecimento crônico da cidade de São Paulo.
- (E) o encarecimento das contas de água, pois o custo de exploração da água do fundo das represas é muito maior, o que levará ao aumento do preço da água para o consumidor final.

23. *Morte de Malhões pode ser queima de arquivo, diz Comissão da Verdade*

O presidente da Comissão Estadual da Verdade (CEV) do Rio de Janeiro, Wadih Damous, comentou na tarde desta sexta-feira (25) a morte de Paulo Malhões, cujo corpo foi encontrado no sítio em que morava, em Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), com sinais de asfixia, segundo a Polícia Civil. “Na minha opinião, é possível que o assassinato de Paulo Malhões tenha sido queima de arquivo”, disse Damous.

(UOL, <http://goo.gl/f9npbP>, 25.abr.2014. Adaptado)

A suspeita está relacionada ao fato de que Malhões

- (A) entrevistou muitos ex-presos e ex-perseguidos políticos da época da ditadura e conseguiu, com isso, produzir um dossiê com denúncias contra os torturadores do período.
- (B) era filho de um desaparecido político da época da ditadura e, por isso, conhecia muitas informações sobre os locais em que os corpos dos desaparecidos foram abandonados.
- (C) possuía informações importantes sobre os arquivos e documentos relacionados à ditadura militar, pois era um jornalista que estava trabalhando com esses materiais.
- (D) foi um militante de esquerda na época da ditadura militar, ex-presos político, torturado barbaramente no DOPS, que fazia muitas denúncias sobre os seus torturadores.
- (E) foi um agente importante da repressão política no período da ditadura e era detentor de muitas informações sobre fatos que ocorreram nos bastidores daquela época.

24. *Copom sobe juros para 11% ao ano, acima do nível do início do governo*

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) subiu nesta quarta-feira (2 de abril) a taxa básica de juros da economia brasileira pela nona vez seguida. A Selic passou de 10,75% para 11% ao ano – uma alta de 0,25 ponto percentual, em linha com o consenso das apostas do mercado financeiro.

(G1, <http://goo.gl/wmTqiy>, 2.abr.2014. Adaptado)

O que motivou a decisão tomada pelo Banco Central foi

- (A) o aumento da inadimplência.
- (B) a persistência da inflação.
- (C) o desaquecimento da economia.
- (D) o crescimento do desemprego.
- (E) a queda no consumo.

25. *Protestos pressionam governo na Venezuela*

Caracas tornou-se mais uma vez palco de enfrentamentos da oposição e de simpatizantes do governo chavista de Nicolás Maduro. A atual onda de protestos ganhou tons trágicos na última quarta-feira com a morte de três manifestantes. Desde então, o país vive sob tensão crescente.

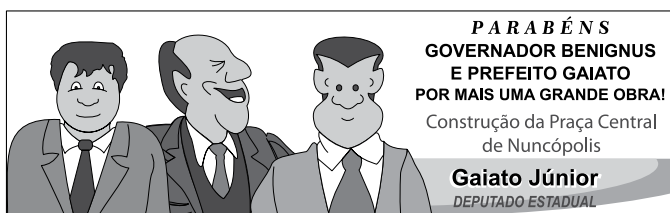
(BBC Brasil, <http://goo.gl/PTRqTM>, 17.fev.2014. Adaptado)

A retomada dos protestos na Venezuela está relacionada

- (A) às manifestações estudantis contra a violência e a falta de segurança.
- (B) aos atos da oposição contra a política externa do governo.
- (C) à mobilização pela redução do valor das tarifas do transporte público.
- (D) às greves de trabalhadores, contrários ao baixo reajuste dos salários.
- (E) à luta das empresas de comunicação contra a regulação do setor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26. Um cidadão atento aos princípios Constitucionais da Administração Pública se deparou, em via pública, com o seguinte painel publicitário:



(Adaptado de um painel publicitário real)

Qual é o princípio da Administração Pública que foi desrespeitado e que foi notado por esse cidadão?

- (A) Publicidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Moralidade.
- (E) Pessoalidade.

27. Assinale a alternativa que apresenta a Lei que representa um dos principais avanços éticos recentes na Administração Pública brasileira.

- (A) Lei n.º 11.819/10, de igualdade entre gêneros.
- (B) Lei n.º 12.884/12, de Direitos Humanos.
- (C) Lei n.º 11.923/11, de meritocracia.
- (D) Lei n.º 12.527/11, de acesso à informação.
- (E) Lei n.º 12.158/12, da isonomia trabalhista.

28. A ANVISA, a ANATEL, a ANA, a ANTT, entre outras, são siglas de que tipo de organização da administração pública?

- (A) Autarquias públicas.
- (B) Agências de economia mista.
- (C) Agências reguladoras.
- (D) Autarquias públicas e de economia mista.
- (E) Agências público-privadas.

29. A Superintendência da Receita Federal tem adotado delegacias regionais, nos Estados e Municípios, entre outros motivos, para tornar mais eficiente a sua gestão. Esse tipo de prática administrativa denomina-se

- (A) descentralização.
- (B) desconcentração.
- (C) efetividade.
- (D) eficácia.
- (E) delegação.

30. A Petrobras, o Banco do Brasil e a SABESP são exemplos de que tipo de organização?

- (A) Empresas públicas.
- (B) Empresas de capital aberto.
- (C) Organizações paraestatais.
- (D) Empresas privadas com capital público.
- (E) Sociedades de economia mista.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Analise as informações a seguir, com relação ao regramento e à natureza jurídica da administração pública, classificando-as como (V) verdadeira ou (F) Falsa.

- () Uma lei que reestruture a carreira de determinada categoria de servidores públicos pode também dispor acerca da criação de uma autarquia.
- () O controle das entidades que compõem a administração indireta da União é feito pela sistemática da supervisão ministerial.
- () As autarquias podem ter personalidade jurídica de direito privado.
- () As autarquias têm prerrogativas típicas de pessoas jurídicas de direito público, entre as quais se inclui a de serem seus débitos apurados judicialmente, executados pelo sistema de precatórios.

A classificação correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, V, V, V.
- (E) F, F, F, V.

32. “Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

O conceito retro transcrito define qual ente jurídico?

- (A) Autarquia
- (B) Empresa Pública
- (C) Sociedade de Economia mista
- (D) Organização Social
- (E) Repartições consulares estrangeiras

33. Quanto aos poderes dos administradores públicos, pode-se afirmar que

- (A) o poder de polícia somente pode ser exercido de maneira discricionária.
- (B) o poder disciplinar caracteriza-se pela discricionariedade, podendo a administração escolher entre aplicar ou não sanções ante a falta praticada pelo servidor.
- (C) uma empresa pública estadual está ligada a um Estado-membro por uma relação de subordinação decorrente da hierarquia.
- (D) no exercício do poder regulamentar, a administração não pode criar direitos, obrigações, proibições, medidas punitivas, devendo limitar-se a estabelecer normas sobre a forma como a lei vai ser cumprida.
- (E) uma autarquia estadual está ligada a um Estado-membro por uma relação de subordinação decorrente da hierarquia.

34. O procedimento licitatório previsto na Lei n.º 8.666/93 caracteriza o ato administrativo formal quando praticado:

- (A) nas empresas.
- (B) em qualquer esfera da administração pública.
- (C) no Poder Executivo.
- (D) na União.
- (E) nas autarquias.

35. Com relação aos poderes administrativos, pode-se afirmar que

- (A) no exercício do poder regulamentar, o chefe do poder executivo só pode disciplinar e alterar, mediante decreto, as leis que tenham sido originariamente propostas por ele.
- (B) o poder de polícia não pode ser delegado a pessoas de direito privado, ainda que sejam integrantes da Administração Pública, pois elas não são dotadas do poder de império necessário ao desempenho da atividade de polícia administrativa.
- (C) o poder disciplinar é exercido de modo vinculado, pois, diante de infrações funcionais praticados por servidor, a administração não possui discricionariedade no ato de escolha da penalidade que deve ser aplicada, devendo ater-se aos rígidos comandos estabelecidos em lei.
- (D) o poder disciplinar é exercido de modo discricionário, pois, diante de infrações funcionais praticados por servidor, a administração possuiu a faculdade de apurar ou não a conduta faltosa, além de igual faculdade de aplicar ou não a sanção, segundo a oportunidade e conveniência que regem a Administração Pública.
- (E) mesmo cabendo ao Poder Executivo o controle de recursos públicos, inexistente hierarquia entre membros que compõem os Poderes Judiciário e Legislativo no exercício das funções jurisdicionais e legislativas, visto que o fazem sem relação de subordinação ou comando.

36. O art. 109 da Lei de Licitações prevê a hipótese de interposição de recurso ante a habilitação ou inhabilitação do licitante. Em qual prazo, contado da intimação do ato ou da lavratura da ata, este recurso deve ser interposto?

- (A) 1 dia
- (B) 2 dias
- (C) 5 dias
- (D) 7 dias
- (E) 10 dias

37. Em virtude das chamadas cláusulas exorbitantes, a Administração Pública

- (A) pode rescindir unilateralmente o contrato por motivos de interesse público, não sendo devida indenização ao contratado.
- (B) tem a faculdade de realizar alteração unilateral do contrato para modificar sua natureza, especialmente quanto ao objeto, razão pela qual pode transformar um contrato de compra e venda em um contrato de doação.
- (C) tem o poder de reter a garantia exigida do contratado, após a execução integral e adequada do objeto do contrato.
- (D) pode aplicar ao contratado sanções de natureza administrativa, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato.
- (E) tem o poder de penhorar, exclusivamente, imóveis, sem ordem judicial, até o montante integral do valor do contrato, após a execução integral e adequada do objeto do contrato.

38. Fundamentado na Lei de Responsabilidade Fiscal, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão

- (A) por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) por ato próprio e nos montantes necessários, nos sessenta dias subsequentes, recursos legalmente vinculados à finalidade específica que serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- (C) por ato próprio e nos montantes necessários, nos noventa dias subsequentes, recursos legalmente vinculados à finalidade específica que serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.
- (D) por ato próprio e nos montantes necessários, nos sessenta dias subsequentes, recursos não vinculados a finalidade específica, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- (E) requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal à instituição, ordem de efetiva arrecadação primária de ordem tributária para o atingimento das metas estabelecidas.

39. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seus artigos 15 a 17, determina que serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam

- (A) os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores públicos; a obrigatoriedade de manter a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, dentro dos percentuais da receita corrente líquida.
- (B) os valores dos contratos de mão de obra que se referem à substituição de servidores públicos; a obrigatoriedade de manter a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, dentro dos percentuais da despesa corrente.
- (C) a despesa total com pessoal apurada e realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- (D) as demais despesas diretamente lançadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos.
- (E) a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa; a obrigatoriedade de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

40. Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como empresa estatal dependente:

- (A) empresa controladora que repasse do ente controlado recursos financeiros para pagamento de despesas operacionais ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (B) empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (C) sociedade cuja participação acionária com direito a voto seja detentora de investimentos relevantes em sociedade por ações de capital fechado.
- (D) sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- (E) sociedade cuja maioria das ações com direito a voto pertença, indiretamente, a empresa controladora da Federação.

41. Analise as informações a seguir, classificando-as como (V) verdadeira ou (F) falsa.

Das contratações de operações de créditos, consideram-se crime contra as finanças públicas ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa. Incide sobre o mesmo crime:

- () com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal;
- () com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução da Presidência da República;
- () quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei;
- () inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar sem autorização do poder executivo.

A classificação correta, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.
- (E) F, F, V, V.

42. O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova Entidade, mas em uma

- (A) nova organização proveniente de *joint venture*.
- (B) unidade de natureza econômico-contábil.
- (C) nova sociedade decorrente de fusão dos patrimônios.
- (D) nova sociedade decorrente de incorporação dos patrimônios.
- (E) sociedade de propósito específico – SPE.

43. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

O texto refere-se à definição do

- (A) custo histórico.
- (B) valor realizável.
- (C) valor presente.
- (D) valor justo.
- (E) custo corrente.

44. De acordo com a legislação contábil vigente – NBC TA 200 –, demonstrações contábeis são

- (A) a representação balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, fluxo de caixa em substituição à DOAR (demonstração das origens e aplicações de recursos), relatório da administração e relatório da auditoria, com a finalidade de informar os recursos econômicos ou obrigações da entidade em determinada data no tempo ou as mutações de tais recursos ou obrigações durante um período de tempo, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.
- (B) o conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas, anualmente, segundo a Lei n.º 6.404/76, pela administração de uma sociedade por ações, e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas.
- (C) a representação estruturada de informações contábeis históricas, incluindo notas explicativas relacionadas, com a finalidade de informar os recursos econômicos ou obrigações da entidade em determinada data no tempo ou as mutações de tais recursos ou obrigações durante um período de tempo, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. As notas explicativas relacionadas geralmente compreendem um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações. O termo “demonstrações contábeis” geralmente se refere a um conjunto completo de demonstrações contábeis, como determinado pela estrutura de relatório financeiro aplicável, mas também pode se referir a uma única demonstração contábil, que seria um quadro isolado.
- (D) conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas em jornais e mídias de grande circulação, anualmente, segundo a Lei n.º 11.637/08, pela administração de uma sociedade por ações, e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas.
- (E) conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas em jornais e mídias de grande circulação, periodicamente, segundo as Leis n.º 6.404/76 e n.º 11.637/08 e suas alterações, pela administração de uma sociedade por ações, e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas e também para os demais usuários da contabilidade.

45. Para responder à questão, analise o balanço patrimonial a seguir.

	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO	
	2012	2013		2012	2013
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa	4.500	6.075	Salários a pagar	218.423	294.871
Bancos	123.578	166.830	Provisões s/ férias e 13.º Sal. e encargos	104.559	141.159
Aplicações Financeiras	75.651	102.129	Fornecedores	254.623	343.740
Contas a receber de clientes	489.000	660.150	Impostos a recolher	128.549	173.540
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-48.900	-66.015	Contas a Pagar	63.415	85.610
Estoques	380.000	513.000			
Impostos a compensar	42.000	56.700			
	1.065.829	1.438.869		769.569	1.038.920
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Títulos a receber	47.400	63.990	Contingências tributárias	75.000	101.250
Investimentos	73.200	98.820	Contingências Fiscais	95.000	128.250
Ativo Imobilizado	183.489	247.710	Capital	130.000	175.500
Depreciação Acumulada	- 36.697	- 49.542	Reservas de capital	145.800	196.830
Intangíveis	24.376	32.908	Lucros a destinar	47.500	64.125
	244.368	329.896	Lucro do Exercício	94.728	127.880
				418.028	564.335
Total	1.357.597	1.832.755	Total	1.357.597	1.832.755

A variação do Capital Circulante Líquido (CCL) é:

- (A) 103.689.
- (B) 399.949.
- (C) 475.158.
- (D) 1.038.920.
- (E) 1.438.869.

46. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá

- (A) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos no orçamento e serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
- (B) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (C) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (D) as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

47. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão a dívida flutuante. Podem-se distinguir dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados, sendo correto afirmar que restos a pagar processados

- (A) são aqueles procedidos após a anulação dos empenhos que não podem ser inscritos em virtude de restrição em norma do ente, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas e anulam-se as demais para, após, inscrever-se em despesas exercício.
- (B) são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Em geral não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar.
- (C) são aqueles em que a despesa extraorçamentária percorreu apenas um dos estágios do empenho, restando os demais.
- (D) é a possibilidade do pagamento da despesa empenhada em determinado exercício, que já foi arrecadada ou ainda será arrecadada no mesmo ano, e estará disponível no caixa do governo ainda neste exercício.
- (E) é o lançamento que ampara o empenho e pertence ao exercício e serviu de base, dentro do princípio orçamentário do equilíbrio, para a fixação da despesa orçamentária autorizada pelo Poder Legislativo; a despesa que for empenhada com base nesse crédito orçamentário também deverá pertencer ao exercício.

48. A Dívida Ativa é uma espécie de crédito público, cuja matéria é definida desde a publicação da Lei n.º 4.320/1964, sendo sua gestão econômica, orçamentária e financeira resultante de uma conjugação de critérios estabelecidos em diversos outros textos legais, caracterizando sua origem como

- (A) receita de capital.
- (B) industrial.
- (C) patrimonial.
- (D) financeira.
- (E) tributária e não tributária.

49. Considerando as atuais organizações presentes no globo, torna-se cada vez maior a necessidade de informações para a tomada de decisões, de forma ordenada e pré-definida, com base em técnicas que gerem um modelo confiável no processo de gestão empresarial. Isto posto, a necessidade de se avaliar resultados foi de fundamental importância para a criação de ferramentas ou métricas com capacidade avaliativa, acompanhadas obviamente das devidas interpretações. Nesse caso, foi criada uma métrica de avaliação que é utilizada essencialmente para analisar o desempenho das organizações, pois ele é capaz de medir a produtividade e a eficiência da empresa, um ponto que é essencial para o empresário que pretende investir, que, em linhas gerais, representa a geração operacional de caixa da companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos, depreciação e amortização.

O texto refere-se ao

- (A) EBIT.
- (B) DVA.
- (C) EBITDA.
- (D) EVA.
- (E) DRE Abrangente.

50. De acordo com a NBC TA 200, evidências de auditoria são:

- (A) as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões, em que se baseia a sua opinião. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações.
- (B) as informações explícitas ou implícitas que, para conseguir a apresentação adequada das demonstrações contábeis, pode ser necessário que a administração forneça divulgações além das especificamente exigidas pela estrutura.
- (C) as suficiências das evidências de auditoria na medida da quantidade da evidência de auditoria. A quantidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade de tal evidência.
- (D) as informações utilizadas pelo auditor para adequar suas fundamentações em que se baseia o seu relatório. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos pontos de auditoria em decorrência da metodologia utilizada.
- (E) exigências da estrutura para conseguir a apresentação adequada das demonstrações contábeis. Espera-se que tais exigências mitiguem desvios em circunstâncias gerais de auditoria.

51. Risco de auditoria é o risco de que

- (A) o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- (B) os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante.
- (C) os procedimentos inadequadamente executados pelo auditor para a condução da auditoria a um nível aceitável e, também, não apresente condições de evidenciar e detectar operações que envolvam riscos que possam ser caracterizadas como relevantes.
- (D) o auditor apresente sua opinião de auditoria de forma contundente a respeito de pontos relevantes das demonstrações contábeis sobre as quais possua apenas conhecimento superficial.
- (E) o auditor expresse sua opinião de auditoria de forma superficial sobre distorções nas demonstrações contábeis.

52. Constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

O texto trata de

- (A) Processos de auditoria.
- (B) Programa de trabalho.
- (C) Procedimentos alternativos.
- (D) Papéis de trabalho.
- (E) Relatório de auditoria.

53. Os(as) _____ constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) testes de auditoria independente
- (B) procedimentos da auditoria
- (C) relatórios de auditoria
- (D) evidências de auditoria
- (E) programas de auditoria

54. Para detectar e analisar situações anormais e significativas constatadas nas demonstrações contábeis, mais precisamente nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, bem como identificar áreas prioritárias ou áreas com problemas, onde, portanto, deverá concentrar mais atenção, o auditor deverá

- (A) solicitar confirmação de saldos com terceiros e com a administração.
- (B) desenvolver exclusivamente programa de trabalho de testes alternativos.
- (C) aplicar procedimentos de revisão analítica.
- (D) aplicar testes documentais.
- (E) emitir circularização de saldos.

55. Avaliar o nível de operacionalização das unidades consoante os normativos vigentes, contribuir para otimização da dinâmica de atuação das unidades por meio de ações preventivas, cobrindo produtos, serviços e infraestrutura; verificar a adequacidade das normas operacionais e unidades em função da evolução tecnológica de cada organização; e estimular a qualidade organizacional, entre outros não menos importantes, são objetivos gerais relativos à

- (A) gestão de risco.
- (B) auditoria de sustentabilidade.
- (C) auditoria contábil.
- (D) auditoria financeira.
- (E) auditoria operacional.

56. No que tange ao relatório da auditoria, o auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis e deverá

- (A) expressar uma opinião parcial.
- (B) abster-se de opinar.
- (C) emitir um relatório sem ressalva.
- (D) expressar uma opinião adversa.
- (E) emitir um relatório qualificado.

57. Representa, em uma organização, o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa:

- (A) sistemas informatizados.
- (B) controles internos.
- (C) manuais de procedimentos.
- (D) políticas e procedimentos.
- (E) organização e métodos.

- 58.** As deficiências de controle interno que o auditor identificou durante a auditoria e que, no seu julgamento profissional, são de importância suficiente para merecer a atenção deverão ser comunicadas apropriadamente
- (A) às autoridades, por se tratar de riscos que impactam a arrecadação de tributos.
 - (B) à CVM e aos órgãos competentes, além de à alta administração da empresa.
 - (C) aos responsáveis pela governança e à administração.
 - (D) às secretarias da receita federal e estaduais.
 - (E) somente ao sócio da auditoria.

- 59.** Analise as informações a seguir, classificando-as como (V) verdadeira ou (F) falsa.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – PA 265, deficiência de controle interno existe quando:

- () o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir, tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis;
- () falta controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir, tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis;
- () não há processos instalados na entidade;
- () não há formalização de procedimentos mediante a feitura de manuais.

A classificação correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, F, V, V.
- (E) V, V, F, F.

- 60.** As técnicas de fluxograma são normalmente utilizadas pelo auditor independente objetivamente para
- (A) mapear processos e controles de forma a avaliar os riscos e controles relacionados com a auditoria das demonstrações financeiras de uma empresa.
 - (B) desenvolver manuais de políticas e procedimentos.
 - (C) implementar processos e procedimentos internos de uma entidade.
 - (D) analisar as práticas contábeis adotadas pela companhia.
 - (E) determinar a extensão e profundidade da estrutura de uma companhia, fornecendo base amostral para testes de auditoria.

